

PEDRAS QUE DESVANECEM, LIMITES QUE PERMANECEM: reflexões sobre percepção, memória e limites em Natal (1970-1990)

EIXO TEMÁTICO 03: Representações, Memória e Preservação do Urbano

SOUZA, Natália Medeiros do Nascimento

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

natalia.medeiros.104@ufrn.edu.br

DANTAS, George Alexandre Ferreira

Professor Titular do Departamento de Arquitetura e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

george.dantas.af@ufrn.br

RESUMO

A urbanização de Natal entre as décadas de 1970 e 1990 é marcada pela transição de uma cidade contida pelas "correntes" para uma malha fragmentada de limites aparentemente diluídos. Este artigo discute os conceitos de percepção e memória como mediadores da experiência urbana, visando fundamentar a investigação sobre como os habitantes significam os limites em um cenário de rápida expansão e desmaterialização de seus acessos, associando essas reflexões ao caso de Natal. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental de caráter exploratório, que articula a análise de percepção, imagem da cidade e limites, conforme proposto por Kevin Lynch, com a discussão sobre memória desenvolvida por autores como Ecléa Bosi, Henri Bergson e Maurice Halbwachs, integrando também outras referências teóricas. Sugere-se que, com o desaparecimento dos limites físicos, a função de sustentar a orientação espacial e a identidade do habitante tende a ser transferida para o campo da memória. O trabalho propõe que a análise das representações subjetivas pode revelar sentidos de pertencimento que persistem para além do apagamento de referências concretas de entrada e saída da cidade.

Palavras-chave: história cultural; portas de entrada; imagem da cidade; crescimento urbano.

PENSAR FORA DO EIXO

ABSTRACT

The urbanization of Natal between the 1970s and the 1990s is marked by the transition from a city contained by "chains" (correntes) to a fragmented urban fabric with apparently diluted boundaries. This article discusses the concepts of perception and memory as mediators of the urban experience, aiming to provide a basis for investigating how inhabitants signify boundaries in a context of rapid expansion and the dematerialization of their access points, linking these reflections to the case of Natal. Methodologically, this is an exploratory bibliographic and documentary research that articulates the analysis of perception, the image of the city, and boundaries—as proposed by Kevin Lynch—with the discussion on memory developed by authors such as Ecléa Bosi, Henri Bergson, and Maurice Halbwachs, while also integrating other theoretical references. It is suggested that, with the disappearance of physical boundaries, the function of sustaining spatial orientation and the inhabitant's identity tends to be transferred to the realm of memory. The study proposes that the analysis of subjective representations can reveal senses of belonging that persist beyond the erasure of concrete references of entry and exit in the city.

Keywords: cultural history; entrance gates; image of the city; urban growth.

RESUMEN

La urbanización de Natal entre las décadas de 1970 y 1990 está marcada por la transición de una ciudad contenida por las "corrientes" (correntes) a una trama fragmentada de límites aparentemente diluidos. Este artículo discute los conceptos de percepción y memoria como mediadores de la experiencia urbana, con el fin de fundamentar la investigación sobre cómo los habitantes significan los límites en un escenario de rápida expansión y desmaterialización de sus accesos, vinculando estas reflexiones al caso de Natal. Metodológicamente, se trata de una investigación bibliográfica y documental de carácter exploratorio, que articula el análisis de la percepción, la imagen de la ciudad y los límites, según lo propuesto por Kevin Lynch, con la discusión sobre la memoria desarrollada por autores como Ecléa Bosi, Henri Bergson y Maurice Halbwachs, integrando además otras referencias teóricas. Se sugiere que, con la desaparición de los límites físicos, la función de sustentar la orientación espacial y la identidad del habitante tiende a ser transferida al campo de la memoria. El trabajo propone que el análisis de las representaciones subjetivas puede revelar sentidos de pertenencia que persisten más allá del desvanecimiento de las referencias concretas de entrada y salida de la ciudad.

Palabras clave: historia cultural; puertas de entrada; imagen de la ciudad; crecimiento urbano.

PENSAR FORA DO EIXO

INTRODUÇÃO

Onde começa e termina uma cidade? Diferentes períodos dariam respostas diversas a essa pergunta, uma vez que as delimitações físicas do território, bem como seus acessos sofrem variações diante de cada contexto. Os limites que definem os espaços são também aquilo que representa, faz reconhecer e separa dois mundos distintos (Vasconcellos, 2000), e tal separação implica inícios e fins, transições, entradas e saídas, portas, que, por sua vez, apontam ainda para um certo tipo de controle de acessos. Murillo Marx (1980), em seu livro “Cidade Brasileira”, usa essa imagem da porta, metaforizando os componentes de acesso à cidade, ao discutir como os centros urbanos têm elementos que comunicam e distribuem produtos entre a cidade e sua região. Ele observa que as entradas e saídas

são os pontos pelos quais se comunica com a redondeza, com as suas vizinhas, enfim, com o mundo exterior. Esse contato se faz por terra, através do ar ou pela água, por meio de veículos diferentes com exigências distintas (Marx, 1980, p. 26).

Tais portas da cidade ainda são caracterizadas por Vasconcellos como elementos que “simbolizam o local de passagem entre dois ambientes, entre dois estados (...). Um ato de passagem [que] indica movimento e mudança de cenário” (2000, p. 7). Em Natal, as portas de entrada e saída da cidade existiram de fato: entre os anos 1940 e 1970 se configuravam pelas “correntes” - os postos fiscais, que serviam para controle de chegada/saída de mercadorias. Esses elementos também cumpriram a função de limites em Natal, ao marcar a finalização de sua área urbana: ao passo que a cidade crescia, sua localização mudava, a fim de continuar exercendo o controle fiscal de maneira eficaz (Figura 01). Isso acabou influenciando a percepção e o imaginário de quem entrava e saía da cidade, que passou a ver os lugares onde as correntes estavam como pontos de referência para o fim e o início de Natal.

PENSAR FORA DO EIXO

Figura 01: Mapa esquemático estimativo da localização dos postos fiscais.

Fonte: Os autores (2025).

Estudar sobre as correntes¹ permitiu perceber a transmissão da noção de limites que esses elementos exerceram e como elas se estabeleceram como um marco espacial na cidade. Diversas histórias mais caricatas - como uma que envolve o “pé quente” no futebol para aqueles times que estivessem antes da corrente, ou a que retrata a impressão infantil de que depois da corrente

¹ No Trabalho Final de Graduação “‘É antes ou depois da corrente?’: os postos fiscais e suas representações a partir da memória”, buscamos compreender a influência dos postos fiscais de Natal na elaboração de uma memória coletiva, a partir de seus aspectos materiais e subjetivos, por meio da história oral e fontes primárias que remontam Natal entre os anos 1940 e 1960 (Nascimento, 2024).

PENSAR FORA DO EIXO

começavam as aventuras das férias na casa dos avós -, além de notícias indicando as correntes como ponto de referência, deixam claro o imaginário suscitado naqueles que viveram em Natal entre os anos 1940 e 1970.

Entretanto, a partir dos anos 1970 os postos fiscais passam a ser pouco citados e sua influência parece perder força tanto em termos de sua função fiscal quanto em termos de marcos geográficos. Não se encontram mais tantas ocorrências relevantes nos periódicos, nem nas menções dos entrevistados.

Nessa segunda metade do século, Natal, a exemplo de outras capitais e cidades de atividades comerciais e industriais, cresceu com os grandes movimentos migratórios. Nos anos 1940, apenas 7,1% da população do Rio Grande do Norte estava em Natal. Na década seguinte, “esses números evoluíram para 10,66% apesar da taxa média geométrica de incremento anual da população residente no estado haver sido de 2,43% e acima da média do Brasil que foi de 2,39%” (Clementino, 1995, p. 162). Em termos absolutos, a população da capital potiguar passou de 54.836 habitantes em 1940 para 162.537 em 1960 e, depois, 264.379 em 1970. Com esse crescimento urbano e as transformações estruturais, sociais e econômicas, novas questões urbanas despontam na cidade que levam à necessidade de novas definições de limites, não mais ancoradas na função fiscal.

Como adverte Ecléa Bosi, “as pedras da cidade, enquanto permanecem, sustentam a memória” (Bosi, 1979, p. 623). No caso de Natal, percebe-se que os postos fiscais em sua materialidade, enquanto “pedras da cidade”, sofreram um desvanecimento. A partir disso, levantam-se questões: o que passou a representar a permanência dos limites de Natal na memória e na percepção, diante de diferentes perspectivas? Onde passou a começar e terminar a cidade desde então? Entende-se que, para além de um território delimitado ou um conjunto de elementos físicos, a cidade carrega significados para aqueles que a vivenciam, e a “desmaterialização” das correntes implica o deslocamento do limite de um aspecto mais concreto para o campo das representações. A busca pelas respostas para essas perguntas estará inserida na pesquisa em andamento à qual este artigo se vincula², e que estabelece seu recorte temporal nas décadas de 1970 a 1990. Antes de respondê-las propriamente, este trabalho tem como objetivo construir uma fundamentação teórica para investigar a memória e as percepções dos limites de Natal diante das transformações da paisagem da cidade no período em questão. Para isso, adota uma metodologia qualitativa de natureza

² A dissertação em desenvolvimento tem como objetivo compreender as percepções e configurações dos limites de Natal diante das transformações da paisagem da cidade entre os anos 1970 e 1990, contribuindo com a discussão sobre subjetividade e história urbana.

PENSAR FORA DO EIXO

predominantemente teórico-conceitual e historiográfica, ancorando-se em reflexões a partir da articulação dos conceitos de memória, limites e percepção, para entender, em etapas futuras, como o espaço urbano de Natal é filtrado pela subjetividade de quem o habita.

Dessa forma, apoiado nas contribuições teóricas de Kevin Lynch, Sandra Pesavento, Halbwachs, Eclea Bosi, Angela Pedrão, dentre outros autores, este artigo se divide em três seções principais. A primeira, "Perceber um vazio não preenchido por palavras", discute como a subjetividade molda a apreensão do ambiente, ancorando-se na ideia de que o indivíduo é um agente ativo na construção da imagem da cidade. A seção "Limites: dentro e fora, costura ou barreira", por sua vez, aprofunda o caráter dinâmico e multifacetado dos limites da cidade, além de olhar para a relação com seus acessos e como eles podem afetar a legibilidade do território. Por fim, a seção "Olhar para trás, olhar para dentro" reflete sobre a conceituação da memória coletiva na atividade historiográfica e sobre o papel delas como um filtro ativo que reorganiza os fragmentos da experiência passada à luz do presente.

1 PERCEBER UM VAZIO NÃO PREENCHIDO POR PALAVRAS

O geógrafo Maurício Abreu (2011) aponta que a tendência de homogeneização dos lugares, consequência da instantaneidade das comunicações, levanta o estímulo à busca pela singularidade, que para ele tem como um dos aspectos fundamentais a busca pelo passado e por sua preservação. Diante disso, Abreu coloca a coletividade como sendo imperativa na formação da identidade de um lugar que, citando Milton Santos, é a extensão do acontecer solidário.

Onde a precisão funcional e a singularidade de vias e limites afrouxa, abre-se o campo para o imaginário e para as sensibilidades, que permitem ao indivíduo investir afetivamente no mundo. É justamente nas lacunas dessa estrutura física e objetiva que a cidade se torna mais permeável à mente. Essa dimensão é capturada por Ítalo Calvino em *As Cidades Invisíveis*, quando mostra que a compreensão da cidade transcende sua topografia, ao relatar que

O que Kublai considerava valioso em todos os fatos e notícias referidos por seu inarticulado informante era o espaço que restava em torno deles, um vazio não preenchido por palavras. As descrições das cidades visitadas por Marco Polo tinham esse dom: era possível percorrê-las com o pensamento, era possível se perder, parar para tomar ar fresco ou ir embora rapidamente (Calvino, 1990, p. 41).

Esse vazio abre caminho para a construção da subjetividade. Bosi, citando Bergson, diz que "a percepção dispõe do espaço na exata proporção em que a ação dispõe do tempo" (Bergson, 1896,

PENSAR FORA DO EIXO

apud Bosi, 1979, p. 51). Assim, a percepção se revela como uma via de mão dupla: de um lado, a matéria física que exige a urgência da ação e circunscreve o espaço; do outro, as fendas imaginativas e os silêncios que permitem ao sujeito projetar suas lembranças, e reconstruir continuamente o sentido do lugar onde vive.

O fenômeno perceptivo se dá, portanto, na compreensão sobre como os seres humanos interpretam, organizam e atribuem significado aos seus ambientes, influenciando diretamente suas ações e comportamentos. Viegas (2018) aponta que é justamente na percepção ambiental que se dá a compreensão da subjetividade do indivíduo nas suas experiências vividas. Citando Kuhnen e Higuchi, (2011), reforça ainda que “a percepção ambiental exerce papel fundamental nos processos de apropriação e de identificação dos espaços e ambientes” (Kuhnen; Higuchi, 2011, apud. Viegas, 2018, p. 44).

A teoria de Kevin Lynch reforça esse argumento ao dizer que a cidade não é algo em si mesmo, mas objeto da percepção de seus habitantes (Lynch, 1960). Para ele, a percepção urbana é uma transação ativa entre a pessoa e o lugar; um processo que, embora varie individualmente, sustenta-se em regras e estratégias estáveis que permitem ao sujeito organizar o caos do ambiente. Em Natal, essa transação ativa ocorria tanto fisicamente quanto simbolicamente no momento de cruzar a corrente, por exemplo, quando o relato de alguns deixa claro que esse momento representava o início de uma aventura de férias no Seridó, ou a tristeza do fim delas, e para outros uma expectativa de azar para os times de futebol natalenses que iam jogar depois das correntes, isto é, fora da cidade (Nascimento, 2024). Já nos fins dos anos 1960, quando as correntes já não tinham mais tanta influência enquanto limites, a construção de uma percepção positiva da cidade por parte dos que a visitavam já se mostrava uma preocupação da própria gestão municipal. Periódicos como O Poti e A Ordem noticiaram a instalação de lâmpadas de mercúrio na Av. Salgado Filho para “dar melhor impressão aos visitantes de Natal” (Iluminação, A Ordem, 1965), uma vez que elas estavam “valorizando principalmente a entrada da cidade” (Salgado Filho, O Poti, 1967).

Todavia, tal transação não ocorre num vácuo temporal. Como adverte Ecléa Bosi (1979) em “Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos”, a percepção pura, isto é, o registro do presente sem qualquer interferência do passado, é mais um conceito teórico do que uma experiência real. Na prática cotidiana, o que emerge é o que Bosi chama de uma “percepção concreta e complexa”, onde a memória atua como o lado subjetivo do conhecimento das coisas.

PENSAR FORA DO EIXO

A percepção atua como a mediadora pela qual a realidade é apreendida e significada pelo corpo. No contexto desse trabalho em desenvolvimento, considerando o registro de uma percepção por via memorialística, é importante se atentar que durante esse intervalo de tempo, o indivíduo envelheceu e reelaborou a sua experiência (Pesavento, 2003). O relato perceptivo que chegará à pesquisa em questão não é mais a expressão exata do que ele viu ou sentiu outrora. O relato já carrega reflexão, julgamento, ressignificação do fato à luz do seu presente.

Além de que, como observa Ecléa Bosi (1979), a investigação sobre o perceber exige uma postura introspectiva, um questionamento sobre o que ocorre no sujeito quando este se depara com as imagens do presente ou evoca as do passado. Diante disso, abre-se caminho para analisar como os habitantes de Natal, entre 1970 e 1990, elaboraram sua percepção dos limites. A análise posterior da pesquisa, com os indivíduos e documentos, não buscará apenas o registro técnico das transformações urbanas, mas também os hiatos e os sentidos atribuídos a tais mudanças.

2 LIMITES: DENTRO E FORA, COSTURA OU BARREIRA

Segundo Angela West Pedrão (1998), a percepção do limite produz o contorno para se conceber a realidade. Para ela, a apreensão dos limites no espaço urbano revela esses elementos como, mais do que uma simples demarcação física, um ato metafísico que separa a ordem - cosmos, o que é conhecido - do caos - o que é desconhecido. Antônio Borges Abel (2008), por sua vez, argumenta que, considerando a reciprocidade da relação pessoa-espaço, na qual um transforma ao mesmo tempo em que é transformado pelo outro, os limites urbanos são reflexos do próprio indivíduo “enquanto ser cognitivo e atuante no espaço que o rodeia e lhe conforma o modo como vê e entende o mundo” (Abel, 2008, p. 30). Na delimitação da cidade, o indivíduo estabelece até onde se estende o seu “cosmos” — o ambiente estruturado que ele compreende, controla e ordena — isolando-o do “caos” ou do desconhecido que o circunda, e molda, assim, a sua percepção de realidade.

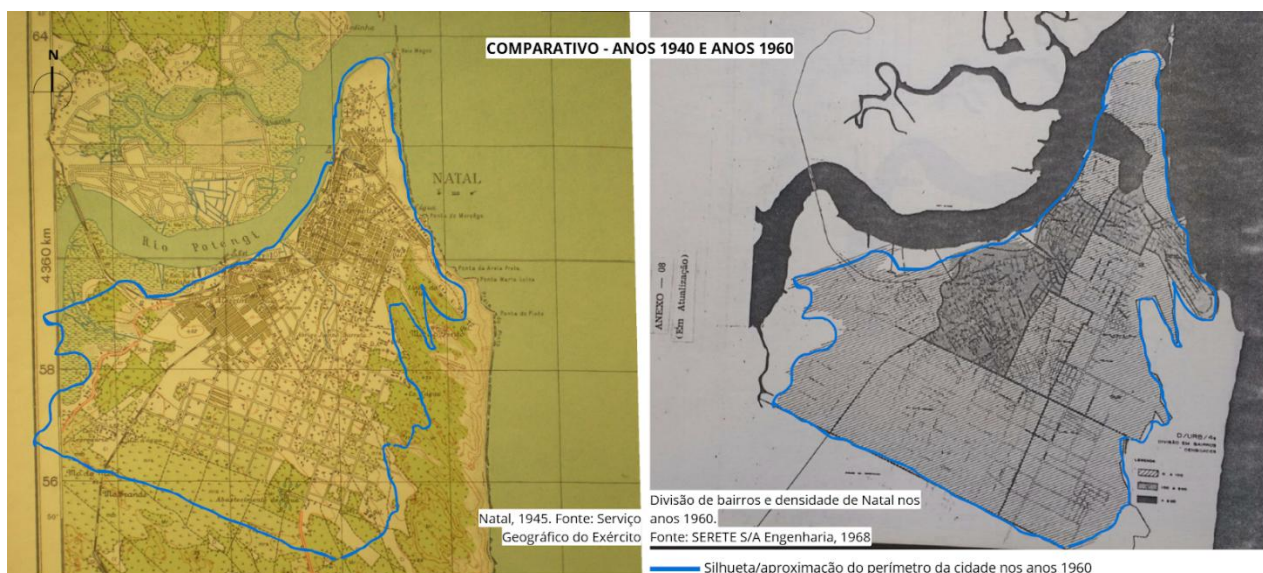
Longe de serem estáticos, esses limites são elementos dinâmicos, e quando se projetam no território, ajudam a organizar a legibilidade da paisagem. Lynch, em “A Imagem da Cidade”, demonstra que os limites físicos, concebidos como interrupções lineares na continuidade urbana, tais como muros, vias férreas, orlas, são referências de orientação, “(...) para muitos, uma importante característica organizadora” (Lynch, 1960, p. 58). Eles podem agir como barreiras, separando, ou podem atuar como costuras, alinhavando e unindo organicamente áreas distintas do tecido urbano. O limite é, portanto, o lugar ativo de convergência onde se define se os espaços urbanos servirão como muros de segregação ou como costuras que integram a experiência da

PENSAR FORA DO EIXO

cidade. Ao atuar como costura, o limite deixa de ser uma separação abstrata para se tornar um espaço de troca e de construção de um imaginário.

Abel (2008) alerta para a dispersão do tecido urbano, que gera um enevoamento das fronteiras entre campo e cidade. Quando a malha urbana se expande sob a égide de um imaginário de "progresso", observa-se a diluição crítica desses marcos. Em Natal (Figura 02), a urbanização acelerada (e marcada pela expansão horizontal) a partir da década de 1970 materializa esse fenômeno: a população da cidade dobra em vinte anos (de 1960 a 1980) e, com as políticas habitacionais, mais de 36 mil moradias são construídas pela COHAB e INOCOOP, todas elas para além dos limites antes referenciados pelas antigas correntes. Tal feito revela uma tendência presente nas metrópoles, apontada por Lewis Mumford: a diluição dos limites. O autor entende que "a remoção dos limites é um dos principais feitos da economia metropolitana" (Mumford, 2004, p. 584).

Figura 02: Mapa de Natal de 1945 (à esquerda) e de 1968 (à direita) com destaque para a sobreposição do perímetro da cidade.



Fonte: Serviço Geográfico do Exército. Adaptado pelos autores (2026).

Como aponta Silva (2006), "a expansão periférica que Natal apresentou nos últimos 30 anos pode ser entendida como um processo de construção não apenas física, mas também social" (Silva, 2006, p.195). Quando se expande de forma horizontal, dispersa e fragmentada, o padrão de crescimento se torna excludente também, uma vez que altera a forma de acesso e ocupação do

PENSAR FORA DO EIXO

território para diferentes grupos. Tal ímpeto expansionista que acabou atropelando o ordenamento, foi algo já diagnosticado no período:

Para quem vê a cidade do alto um fato é patente: nos últimos anos, mais do que em qualquer época, a cidade vem crescendo desordenadamente [...] São claros os espaços vazios em várias zonas de Natal, isto porque a febre do crescimento tem sido maior do que o esforço para um planejamento (Diário de Natal, 1971, apud Moreira, 2024, p. 88).

As reflexões aqui transitam entre a concretude e a subjetividade dos limites. Uma vez que não se restringem a meros conformadores do território, esses elementos urbanos também atuam como promotores da comunicação e da transposição de duas realidades - a de dentro e a de fora. É nesse ponto que entende-se as portas da cidade atuando como fator de articulação. Jacques Le Goff, em “Por amor às cidades” (2002), explica como as portas funcionavam concretamente na Idade Média para exercer controle no acesso aos territórios. Com a industrialização, outras estratégias foram sendo tomadas e as portas enquanto elementos concretos de controle foram se desvanecendo e se tornando mais invisíveis - e, por que não, subjetivas - no contexto capitalista.

Da mesma forma, as antigas correntes de Natal atuavam como entradas na cidade, e os locais onde se localizavam indicam algumas vias de acesso que até hoje configuram importância para a entrada na capital do Rio Grande do Norte (Figura 03). Entre elas, a antiga ponte de Igapó, que conectava a zona de produção açucareira de Ceará-Mirim; a estrada do Sertão, que vinha pelo município de Macaíba era a rota principal de comerciantes do bairro do Alecrim); e a antiga Parnamirim Road, estrada construída pelos norte-americanos no período da II Grande Guerra, que nos anos 1960 se tornaria parte do sistema de rodovias federais.

PENSAR FORA DO EIXO

Figura 03: Natal em 1945 com destaque para as entradas principais da cidade.



Fonte: Serviço Geográfico do Exército. Adaptado pelos autores (2026).

As portas enquanto elementos mais concretos na cidade se dissiparam, mas transferiram para essas vias de acesso a função de proporcionar permeabilidade ao tecido urbano. Com o aparente apagamento dos limites nos anos que seguem a década de 1970, seria realista esperar a diluição da própria permeabilidade como tendência? O crescimento desenfreado, em vez de promover trocas, estaria atuando como um vetor de absorção que apenas consome o território à sua frente,

PENSAR FORA DO EIXO

sem integrá-lo? Para Ferreira (2000), é justamente a não definição do perímetro urbano de forma institucionalizada um dos fatores que explica o processo de valorização da terra urbana e o crescimento de um mercado do solo na cidade.

A maioria dos loteamentos realizados nas décadas de 1950 e 1960, e os conjuntos habitacionais promovidos pelo Estado nas décadas de 1960 e 1970, contribuíram consideravelmente para a expansão do perímetro urbano, sem a devida fiscalização da Prefeitura de Natal. (Ferreira, 2000).

3 OLHAR PARA TRÁS, OLHAR PARA DENTRO

Em meio a toda essa fragmentação é que a memória vai assumir o papel de restabelecer os contornos da experiência urbana. Na pesquisa sobre as correntes, foi possível perceber que a memória dos entrevistados serviu para entender melhor as funções sociais e históricas dos postos fiscais, além de ter sido impactada por sua influência enquanto elementos urbanos, o que permitiu notar que os limites se deslocaram para o campo do imaginário (Nascimento, 2024). Como propõe Pesavento (2003), esse sistema de representações coletivas permite que o cidadão continue reconhecendo e elaborando suas próprias representações dos limites de Natal, mesmo quando estes se tornam invisíveis.

Para Abreu (2011), isso se dá porque as lembranças atingem momentos e formas da cidade já passados. Destaca, por isso, que “a memória de um lugar, a memória de uma cidade, é, portanto, uma memória coletiva” (Abreu, 2011, p. 24). No entendimento do autor, a memória coletiva seria um conjunto de lembranças que transcende o indivíduo, está relacionada a um grupo e é construída de forma social. Tal síntese remonta a teoria de Maurice Halbwachs, referência em memória coletiva, a qual ainda acrescenta que esse fenômeno leva em conta os contextos vivenciados em comum pelos indivíduos, uma vez que nunca se está completamente só, e que “toda memória coletiva tem por suporte um grupo limitado no espaço e no tempo” (Halbwachs, 2006, p. 86).

É importante ressaltar que este trabalho opera com consciência o fato de que as lembranças dos limites urbanos não têm como objetivo ser uma imagem fiel do período estudado. Segundo Halbwachs (2006), a lembrança é uma reconstrução do passado operada com os dados do presente. Assim, o modo como o habitante de Natal recorda onde a cidade terminava ou começava em 1980, por exemplo, é filtrado pelas urgências, ausências, dinâmicas e novas configurações territoriais de hoje. Se a Natal de 1970-1990 era uma cidade em fragmentação e expansão, a memória coletiva vai atuar na tentativa de reordenar esses fragmentos, buscando no passado os dados necessários para isso, em cada indivíduo.

PENSAR FORA DO EIXO

Isso porque as lembranças e a percepção, embora diferentes, podem se fundir em muitos momentos, tendo em vista que uma interfere na outra ao mesmo tempo em que é interferida por ela. Bosi, baseando sua fundamentação em Halbwachs, aponta para o fato de que

a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo 'atual' das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, "desloca" estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência (Bosi, 1979, p. 53).

Nesse sentido, Pesavento (2003), em seus escritos sobre História Cultural, se apóia em Paul Ricoeur para reforçar que enquanto o historiador busca reconstruir o passado de forma aproximativa sobre eventos que não vivenciou, a Memória reserva a "pequena alegria" do reconhecimento direto, assegurando a autenticidade para aquele sujeito que efetivamente esteve lá e experienciou o acontecimento. Pierre Nora, fazendo essa diferenciação entre memória e história, aponta que "a história só se liga às descontinuidades temporais, à evolução e às relações das coisas. (...) no coração da história trabalha um criticismo destruidor de memória espontânea" (Nora, 1993, p. 9), enquanto a memória, como a vida, estaria suscetível a mudanças, manipulações, esquecimentos, e será sempre suspeita para a história. No nosso trabalho, entretanto, ela é encarada muito mais como objeto de pesquisa para o fazer historiográfico do que com desconfiança, permitindo acessar as camadas de subjetividade, as sensibilidades de uma época que a história documental pode muitas vezes não tocar.

A memória, longe de restringir-se a determinados atores sociais, perpassa a totalidade dos indivíduos, alcançando inclusive os agentes urbanos, sujeitos com maior facilidade de articulação de "uma vontade política forte e de longo prazo" (Panerai, 2006, p. 52). Compreende-se, em decorrência disso, que a memória também toca no modo como o espaço urbano é concebido ao longo do tempo (Nascimento, 2024). Essa ideia está fundamentada no argumento de Lynch, de que a imagem da cidade "é o produto da percepção imediata e da memória da experiência passada e ela está habituada a interpretar informações e a comandar ações" (Lynch, 1960, p. 14). Para ele, o indivíduo deveria reconhecer em si o seu papel na percepção do seu entorno e, em decorrência disso, na participação do desenvolvimento da sua imagem.

À GUIA DE CONCLUSÃO: AS PEDRAS QUE DESVANECEM

Ao transpor a reflexão de Bosi, de que “as pedras da cidade, enquanto permanecem, sustentam a memória” (Bosi, 1979, p. 623), para o contexto de Natal, onde as “pedras” — aqui materializadas nas antigas correntes — foram removidas da paisagem, emerge uma questão central sobre a estabilidade das lembranças coletivas. Se o suporte físico que balizava o início e o fim da cidade desapareceu, e no período posterior (1970-1990) percebe-se a mesma tendência, estaria a memória urbana atravessando um processo de desvanecimento análogo ao dos seus limites?

O esforço teórico aqui empreendido permite propor que a desmaterialização física das antigas correntes não significou, necessariamente, a extinção dos limites, mas a sua transferência para o campo do imaginário. Quanto a saber se essa diluição realmente induziu à instabilidade das memórias, só será possível a partir das entrevistas a serem realizadas nas etapas posteriores da pesquisa. No entanto, é salutar indagar se esse apagamento dos marcos de entrada não operaria como uma estratégia deliberada. As “pedras” que desvanecem, isto é, a ausência de definição do perímetro urbano e o consequente silenciamento de seus marcos podem servir a interesses que buscavam a diluição da cidade enquanto corpo legível para favorecer sua transformação em um mercado de terras.

A articulação entre memória, percepções e limites pode revelar uma pluralidade de perspectivas. Como aponta Pesavento (2003), a memória é seletiva e o esquecimento é um processo que ultrapassa o inconsciente; as pessoas são ensinadas a lembrar e a esquecer:

A Memória é seletiva, tal como a matéria do esquecimento também é objeto de processos que ultrapassam a escala do inconsciente. Por outro lado, se formos ter em conta esta mescla que se processa entre memória individual e memória coletiva, há que pensar que as pessoas são ensinadas a lembrar e a esquecer, fazendo com que determinados acontecimentos não sejam considerados importantes ou mesmo que não tenham acontecido (Pesavento, 2003, p. 95-96).

No contexto da urbanização acelerada de Natal, determinados limites podem ter sido apagados do imaginário coletivo para favorecer uma imagem de progresso. Investigar diferentes percepções dos limites entre 1970 e 1990 exigirá, então, questionar quais fronteiras foram consideradas “importantes” o suficiente para serem preservadas na lembrança dos distintos grupos. O limite, sob essa ótica, é o resultado de uma operação política e social: uma mescla de lembranças que sobrevivem e de esquecimentos que podem ter sido ensinados para que certas transformações urbanas tenham passado despercebidas ou sido naturalizadas.

PENSAR FORA DO EIXO

As reflexões apresentadas construíram uma fundamentação teórica para investigar a memória e as percepções dos limites de Natal. A partir delas, como desdobramento, a reta final da pesquisa avançará numa investigação empírica sobre a experiência urbana da cidade no período de 1970 a 1990. O foco recairá sobre a coleta e análise de representações subjetivas dos limites da cidade, utilizando como metodologia principal a história oral. A análise documental e iconográfica também será ampliada, buscando-se periódicos, planos diretores e outros mapas do período em questão para confrontar a representação institucional do crescimento urbano com a percepção memorialística, a fim de transformar a articulação teórica (memória, percepção e limites) em ferramenta analítica para a leitura da subjetividade do espaço urbano de Natal.

REFERÊNCIAS

ABEL, António Borges. **Os Limites da Cidade**. 2008. 300 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura, Universidade de Évora, Évora, 2008.

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. In: CARLOS, Ana F.; SOUZA, Marcelo L. e SPOSITO, Maria E.. (Org.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. p. 19-39.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4504474/mod_resource/content/1/BOSI%2C%20E.%20Mem%C3%B3ria%20e%20sociedade.%20Introdu%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em 02 de abril de 2026.

CALVINO, Ítalo. **As Cidades Invisíveis**. 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. **Economia e urbanização**: o Rio Grande do Norte nos anos 70. Natal: UFRN/CCHLA, 1995.

FERREIRA, Ângela Lúcia de. **De la producción del espacio urbano a la creación de territorios en la ciudad**: un estudio sobre la constitución de lo urbano em Natal, Brasil. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia Humana – Universidade de Barcelona, Espanha, 1996.

FERREIRA, Angela Lúcia de Araújo. Producción del suelo y propiedad: las parcelaciones en el caso de Natal - Brasil (1946 - 1990). **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 4, n. 68, 15 jul. 2000. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/sn-68.htm>. Acesso em: 26 jan. 2026.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

ILUMINAÇÃO completa Hotel na busca do Turismo. **A Ordem**. Natal, 28 de agosto de 1965. Disponível em <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/764051/25919>. Acesso em 10 de abril de 2026.



PENSAR FORA DO EIXO

LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. 1ª Ed. São Paulo: Edições 70, 1960.

MARX, Murilo. **Cidade Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980.

MOREIRA, Stephanie Macêdo Collares. **Natal entre planos**: uma história urbana dos primeiros planos diretores da cidade de Natal/RN (1967-1985) e seus desdobramentos contemporâneos. 2024. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2024.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. 4a Ed. Martins Fontes. São Paulo, 2004.

NASCIMENTO, Natália Medeiros do. **"É antes ou depois da corrente?"**: os postos fiscais de natal e suas representações a partir da memória. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Departamento de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC-SP. N° 10, p. 7-28. 1993.

PANERAI, Philippe. **Análise Urbana**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006. 198 p. – (Coleção arquitetura e urbanismo).

PEDRÃO, Angela West. A análise da dimensão marítima na cidade através do conceito de limite. *In*: V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo - SHCU, 5, 1998, Campinas: **Anais SHCU**.

PESAVENTO, Sandra Jahaty. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2003.

SALGADO FILHO ganhou lâmpadas de mercúrio. **O Poti**. Natal, 20 de agosto de 1967. Disponível em http://memoria.bn.gov.br/DocReader/031151_02/2991. Acesso em 10 de abril de 2026.

SILVA, Alexsandro Ferreira Cardoso da. **Depois das fronteiras**: a formação dos espaços de pobreza na periferia Norte de Natal – RN. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2006.

VASCONCELLOS, Lélia. Dos portões aos “portais”: o que mudou?. *In*: VI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo - SHCU, 6, 2000, Natal: **Anais SHCU**. Disponível em: <http://xvishcu.arq.ufba.br/anais-vi-shcu/>. Acesso em: 29 de março de 2026.

VIEGAS, Cíntia Camila Liberalino. **Em busca de uma ambiência histórica**: transformações na forma urbana e percepção da historicidade do sítio histórico de Natal-RN. 2018. 305f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.